



Mariano Gago garante que a crise está a passar ao lado dos estudantes do ensino superior

Clara Viana

No total, entre público e privado, apenas 735 estudantes precisaram de mais apoios, comunicou o ministro aos deputados da Comissão de Educação

● Entre Outubro de 2008 e o princípio deste mês, apenas 16 estudantes do superior público foram dados como aptos pelos Serviços de Acção Social para se juntarem ao lote dos que já beneficiavam de uma bolsa de estudo, revelou ontem o ministro Mariano Gago durante uma agitada audição na Comissão de Educação da Assembleia da República.

A atribuição destas bolsas está dependente dos rendimentos auferidos pelo estudante ou pelo seu agregado familiar, caso seja ainda dependente.

O ministro indicou que, no ensino público, a inquirição feita à alteração da situação económica dos estudantes com bolsas levou a que fossem revistos 612 processos, com vista ao aumento do montante daquelas. Segundo os dados fornecidos pelos Serviços de Acção Social e divulgados por Gago, os efeitos da actual crise



NUNO FERREIRA SANTOS

Gago diz que o montante para acção social foi reforçado em 10 milhões

apenas terão atingido assim, por agora, um por cento dos 62 mil bolsheiros do superior público. No superior privado estes são 12 mil e foram revistos 107 processos, acrescentou.

“São números enganadores”, acusou Pedro Duarte, do PSD. Para este deputado, neste tempo de crise, o cenário apresentado por Gago faz com que “o ensino superior pareça uma ilha em que afinal não se passa nada”. “A crise social obviamente está a ter efeitos. O que estes números signifi-

cam é que a Acção Social não está a responder às carências”, contrapôs Ana Drago, do Bloco de Esquerda.

Novas provas específicas

Já Abel Baptista, do CDS, recordou notícias recentes dando conta de que, devido a dificuldades económicas, 30 por cento dos estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa poderão ter de abandonar os estudos, uma percentagem que sobe para 50 por cento no Algarve: “Quem

fala verdade, então?” Mas, para Mariano Gago, trata-se apenas de “fontes de ruído”.

O “orçamento disponível é claramente suficiente”, frisou, indicando que os casos revistos e os novos bolsheiros representam um acréscimo de 790 mil euros, enquanto o montante para a acção social foi este ano reforçado em 10 milhões de euros. O ministro do Ensino Superior indicou ainda que os imigrantes que estão a estudar em Portugal e cujos rendimentos são insuficientes para prosseguirem estudos irão ter direito a bolsas, nas mesmas condições dos estudantes portugueses.

Esta é uma das alterações que o Governo deverá aprovar ao decreto-lei que regula os Serviços de Acção Social. Outra alteração à vista, embora não para este ano, é a das condições de acesso ao ensino superior. Por considerar que se “encontra em causa o interesse nacional”, Gago quer pôr ponto final na possibilidade de se ter acesso a cursos sem realizar provas específicas da mesma área. Um projecto de portaria, já enviado às escolas, impede, por exemplo, que se entre em Engenharia ou em Matemática sem a realização e aprovação numa prova específica de Matemática, situação que agora não é obrigatória.